

## Como melhorar a água do Rio?

Jerson Kelman<sup>1</sup>

A previsão de que um dia seria preciso pedir licença e pagar para usar os rios teria espantado nossos avós tanto quanto a Internet ou o avião supersônico. A água estava disponível para todos e parecia ser um bem infinito. Nos últimos cem anos, contudo, a população do planeta se multiplicou por três e o consumo de água, por seis. Hoje sabe-se que o uso irresponsável dos rios, principalmente para diluir e afastar os dejetos urbanos e industriais, afeta a saúde das populações localizadas rio abaixo. A região metropolitana do Rio de Janeiro é uma vítima desta situação, ainda caótica.

A maioria dos domicílios recebe água tratada pela CEDAE na estação do Guandu. A água bruta (sem tratamento) que alimenta a estação é apenas parcialmente oriunda da chuva que cai a leste da Serra do Mar e que escoar em direção à estação de tratamento, recebendo no trajeto todo tipo de poluição, principalmente dos municípios de Nova Iguaçu e Mesquita. O rio Guandu, na realidade, é grandemente encorpado pela chuva que cai a oeste da Serra do Mar, na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul. As condições naturais de escoamento deste rio foram alteradas décadas atrás pela instalação de potentes bombas, capazes de desviar parte do fluxo em direção ao rio Guandu.

Há um lado bom: ao contrário do que acontece em São Paulo, não falta água bruta para abastecer o Rio de Janeiro. Mas há um lado mau: a água do rio Guandu carrega, em adição à poluição “local” toda a contaminação provocada pela ausência de tratamento de esgotos em dezenas de cidades paulistas, mineiras e fluminenses. Se pudéssemos colorir uma molécula de água, contida por exemplo no esgoto que a cidade de Taubaté (SP) lança no rio Paraíba do Sul, ou que a cidade de Juiz de Fora (MG) lança no rio Paraíba, seria possível segui-la até a torneira de algum carioca.

Quando a poluição fica mais intensa, a estação de tratamento do Guandu não consegue transformar água bruta em água tratada e o fornecimento tem que ser interrompido. Nestes eventos, o risco para a saúde pública se acentua devido a vazamentos das tubulações subterrâneas. Em condições normais, quando há pressão nos canos, o fluxo se dá de dentro para fora, encharcando o solo de água tratada, o que aliás constitui uma lastimável perda física e econômica. No entanto, quando não há pressão, devido à interrupção do fornecimento, o problema é muito pior: o fluxo pode se dar de fora para dentro, possibilitando que a água contaminada existente no solo também acabe na torneira de algum carioca. Como sair deste caos?

Em primeiro lugar, é preciso que o setor público cumpra com suas obrigações. A ANA (Agência Nacional de Águas) tem a tarefa de implantar um sistema de gerenciamento do uso das águas na bacia do rio Paraíba do Sul, previsto na Lei das Águas, de 1997. Trata-se de um sistema que só permitirá o uso de qualquer rio da bacia pelos usuários de recursos hídricos (entidades municipais ou estaduais de saneamento, indústrias e propriedades agrícolas que façam uso da irrigação), seja para captação de água ou para lançamento de efluentes, quando houver a respectiva licença, chamada de *outorga*.

Num primeiro momento, estamos montando, juntamente com os governos dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, uma chamada para que os usuários regularizem a situação existente. Vamos adotar uma abordagem com princípios semelhantes aos do imposto de renda: o usuário preencherá uma declaração com informações básicas que permitam medir o efeito que o respectivo uso tem sobre a qualidade da água bruta. Baseados nessas informações, os usuários receberão automaticamente a correspondente outorga, por um prazo de alguns anos. Como exceção, vamos examinar com lupa os poucos usuários que caírem na “malha fina” ou que persistirem utilizando o rio sem a devida outorga.

Em segundo lugar, é preciso que o Comitê de Integração da Bacia do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP acelere a materialização do pacto entre os poluidores e o setor público para a recuperação do Paraíba do Sul e de seus afluentes. O CEIVAP funciona como se fosse um parlamento para temas relacionados à água, constituído majoritariamente pelos usuários e pelos governos estaduais e municipais. Tem a prerrogativa legal de implantar o princípio *poluidor-*

---

<sup>1</sup> Jerson Kelman é diretor-presidente da ANA e professor da COPPE-UFRJ

*pagador*, segundo o qual quem mais polui, mais contribui financeiramente para a despoluição. Com a arrecadação, ajuda-se a viabilizar as necessárias estações de tratamento de esgoto. Se algum usuário preferir tratar de seus efluentes para se livrar da cobrança...tanto melhor. O objetivo não é o de arrecadar recursos para o Tesouro, já que a arrecadação só pode ser usada na própria bacia, preferencialmente para despoluição. O CEIVAP já deliberou a favor da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, faltando agora apenas alguns detalhes operacionais. A ANA já se antecipou e está viabilizando a construção de sete estações de tratamento de esgoto na bacia do Paraíba.

A abordagem é inovadora: não se financia obras nem equipamentos. Paga-se pelo resultado final: o esgoto tratado. Desta maneira, damos um drible no “obreirismo”, que mobiliza poderosos *lobbies* para construir e *lobby* algum para operar.

KELMAN, J. **Como melhorar a água do Rio?** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 02/12/2001.